



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 19

10.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 20 de setembro de 2019

Aos vinte dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Filipe Calha (em substituição de Adriano Dias Pedro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Ana Lopes (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Fernando António Rebola, José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, Anabela Milhinhos (em substituição de João Manuel Ribeiro Realinho, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Marco Antunes (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Carlos Fonseca (em representação de Luís Miguel Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Joaquim Conde (em representação de Francisco José Meira Martins da Silva, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação).-----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e catorze minutos. Havendo quórum de funcionamento e deliberação, começou por apresentar um ofício da Associação Nacional de Municípios, por forma a eleger um presidente de Junta de Freguesia efetivo/suplente para estar presente como delegado, no vigésimo quarto congresso daquela associação, a realizar nos dias vinte e nove e trinta de novembro. Pergunto aos grupos municipais se estariam em condições de proceder à dita eleição. Se não estivessem, teriam de o efetuar na reunião extraordinária daquela Assembleia Municipal, que terá lugar no mês de outubro, tendo em conta a necessidade de deliberar sobre os impostos e matérias de taxas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse que, da parte do seu grupo, seria um processo mais correto apreciarem aquele ponto na próxima reunião da Assembleia.-----

Ricardo Romão disse que também concordavam que fosse na próxima sessão, desde que em tempo útil para fazerem a indicação.-----

Miguel Monteiro disse que o grupo municipal do PS não via inconveniente, desde que o prazo não ficasse em risco.-----

Joaquim Barbas disse que não tinham nada contra, desde que a inscrição fosse a tempo.-----

O presidente da mesa, disse que o ponto passaria para a próxima reunião da Assembleia.-----

Intervenção do público:

Não houve intervenções a registar.-----

Período antes da ordem do dia

Declaração política – PCP/PEV (Hugo Capote)

“Esta declaração tem por objetivo celebrar uma data importante para nós e para todos, enquanto nação. A criação do sistema nacional de saúde fez, recentemente, quarenta anos e queremos aproveitar esta celebração para, mais uma vez, trazermos aqui um grito de alerta sobre aquilo que se está a passar na saúde, no nosso concelho e no nosso distrito.

Muito recentemente, a Ordem dos Médicos de Portalegre, a sua sub-região, teve uma intervenção pública, deslocando-se quer a uma reunião pública, quer à Comissão Parlamentar de Saúde, na Assembleia da República, para ser ouvida e onde explicitou uma série de problemas que se prendem com o funcionamento do Hospital Distrital de Portalegre. Muitas vezes, um dos problemas era confundir-se a ULSNA, que englobava os dois hospitais do distrito (Portalegre e Elvas) e os dezasseis centros de saúde mas, naquela questão, estavam a falar, particularmente, do Hospital Distrital de Portalegre.

Não se sabia ao certo quais as iniciativas que resultaram da intervenção da Ordem dos Médicos, quer junto dos médicos, quer junto do executivo ou mesmo junto da própria Assembleia da República, mas sabiam que tinham sido confrontados com mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

uma péssima notícia para o Hospital de Portalegre: a ULSNA abriu trinta e duas vagas, para contratação de médicos especialistas e foram contratados apenas dois médicos, um para o Centro de Saúde de Monforte e outro para o Hospital de Elvas. Portanto, não vai ficar nenhum médico no Hospital de Portalegre.

Todos sabiam o que é que acontece a uma instituição em que mais de metade dos médicos estão à beira da reforma e em que não entra nenhum médico novo para renovar essas equipas. Todos sabiam que hoje há utilizadores ou potenciais utilizadores daquele Hospital e todos tinham noção do que acontecem a uma região em que não existe hospital.

Portanto, esta declaração política que nós gostávamos muito que fosse partilhada por toda a Assembleia Municipal, é evidente que é uma declaração que é crítica da atuação da senhora presidente da Câmara Municipal, porque nada dela ouvimos, quer quando saíram aquelas notícias públicas, quer do presidente do Conselho de Administração da ULSNA, elemento esse que não tem contribuído em nada, nem para aliciar qualquer tipo de médico para vir para cá e nem sequer para manter os que cá estão.

Em conclusão, esta declaração serve essencialmente para nós, enquanto portalegrenses, comemorarmos os quarenta anos da criação do Serviço Nacional de Saúde, mas também sabendo que ele corre um risco muito sério, no nosso concelho ou no nosso distrito, por inerência de funções. Faremos com que a nossa voz possa chegar o mais longe possível neste apelo que fazemos para a salvação do Hospital.”

Miguel Monteiro disse que o teor da declaração política tinha um determinado objetivo que o grupo do PCP/PEV ali tentou traduzir, mas poderiam enveredar por outro tipo de declaração política que homenageasse, de forma distinta, a criação de um marco tão importante como o sistema democrático português, como era o do SNS. Ainda assim, a forma como aquela declaração foi escrita e comunicada, colocava ali o dedo em duas feridas, as quais pareciam ser consensuais, no nosso distrito. A primeira tinha a ver com a total inatividade da parte da presidente da autarquia, pois, no que dizia respeito a questões relacionadas com saúde, a Câmara Municipal de Portalegre não existia. A segunda colocava o ónus sobre declarações que tinham sido infelizes, proferidas por parte do presidente do conselho de administração da ULSNA.

Mais disse que a matéria era algo que devia preocupar os portalegrenses e que o Hospital de Portalegre tinha lacunas e problemas, embora tivesse havido um esforço, do ponto de vista público, para os colmatar. Portanto, a vontade pública, quando muita e forte, servia para atenuar os problemas sistemáticos do hospital.-----

Joaquim Barbas referiu que, efetivamente, aquela comissão era feita com factos concretos, em relação à saúde, no concelho e, posto aquilo, só tinham uma hipótese que era apoiar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse que, da parte da CLIP, a opinião não era igual e lamentavam que a declaração da CDU tivesse sido enviada com aquele teor. Obviamente que todos os representantes ali presentes teriam uma opinião comum em relação às carências que existiam no Hospital de Portalegre e nos outros hospitais do distrito, estando solidários com a resolução do problema. Também lamentavam que a CDU utilizasse aquele mecanismo e que misturasse no mesmo documento a comemoração de uma efeméride versus o alerta para um problema com um documento político e que visava apenas censurar a presidente da Câmara Municipal de Portalegre. Entendiam, pois, que aquelas coisas deveriam ser discutidas de outra forma. -----

Hugo Capote disse que já não era a primeira vez que o membro Ricardo Romão misturava as questões importantes, colocadas pela CDU. Salientou que o seu grupo tinha as opções políticas e ideológicas bem tomadas e consolidadas, ao contrário de muitas outras. Lembrou que o SNS nascia de um ato político, que nem sequer foi partilhado por toda a gente e que, era atualmente uma vitória e usufruto de todos. No entanto estava em sério risco de definhar no concelho.

Chamou a atenção que, o que a CDU queria fazer com aquela declaração política era que, além de comemorarem os quarenta anos da criação do SNS, houvesse a noção de que o Hospital de Portalegre não ia ter nenhum médico especialista e que, sobre tal facto, a presidente da Câmara nada disse. A atitude era reprovável, por parte da CDU, e não defendia minimamente o SNS, no concelho de Portalegre. -----

A presidente da Câmara disse que tomou posse do pelouro da saúde, a primeira coisa que fez foi marcar uma reunião com o conselho de administração da ULSNA, para perceber o ponto da situação e o que é que se poderia fazer. Fez, inclusive, protestos por escrito e quando a notícia saiu no jornal, deu uma entrevista, que podia fazer chegar a quem quisesse. Salientou que, obviamente, a situação não podia e aquele problema não era só no Alentejo, era a nível nacional. Recordou que cerca de oitenta e quatro por cento dos médicos especialistas não tinham sido colocados, em todo o Alentejo. Além de que, por razões políticas, os poucos que vinham, também eram mandados embora.

Em relação às questões da Ordem dos médicos, disse estar ainda à espera das propostas. Na Assembleia da República foi dito que, no espaço de quinze dias, apresentariam propostas, mas tal não se verificou. Disseram tratar-se uma questão de gestão. Salientou ter feito uma sugestão ao ministro adjunto da economia de que a única forma de se poder resolver a situação era voltar ao que existia anteriormente, em termos dos médicos poderem fazer serviços à periferia. A Câmara de Portalegre disponibilizava um espaço para que os médicos cá se fixassem, para além dos benefícios já anunciados. Havia já deliberação do município para tal. -----

Hugo Capote disse que a Ordem dos Médicos não limitava o acesso ao ensino superior. Salientou que teve conhecimento de que as propostas foram enviadas e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

também já tinham sido pedidos alojamentos, embora a Câmara não tivesse dado resposta à questão.

Fazia questão que a presidente da Câmara lhe mostrasse a entrevista que tinha feito. Por último, disse que a presidente era co responsável por não tornar atrativa uma cidade para que jovens médicos cá se fixassem, ao contrário do que acontecia quando havia médicos à periferia. -----

A presidente da Câmara disse que teve duas reuniões com a Ordem dos Médicos e, estranhamente, até à data ainda enviaram quaisquer sugestões. A Câmara não recebeu nenhum feedback. O interior do país precisava que se voltasse a ter médicos à periferia. -----

O presidente da mesa referiu que a Ordem dos Médicos não era isenta de culpa. Quando as ordens profissionais excediam o espírito das suas competências e atribuições, fazendo-se valer a letra da lei na data em que foram criadas para se afirmarem perante aquele que era atualmente o melhor empregador dos médicos, então parecia-lhe excessivo o poder exercido relativamente à formação, à admissão e à variabilidade da especialidade e, até mesmo, à formação de base. -----

Hugo Capote disse que nunca se deviam esquecer de que uma das razões porque a classe médica ainda era reconhecida no país, era porque a Ordem dos Médicos continuava a exercer uma forte fiscalização sobre aquilo que era o mais importante para todos: as condições de saúde. Portanto, num local onde não houvesse condições para se formarem médicos, os mesmos deixariam de existir, como era o caso de Portalegre. -----

O presidente da mesa disse que a Ordem dos Médicos devia preocupar-se com a evidente cartelização do setor, quando existiam cinco milhões de euros pagos a prestadores de serviços externos. -----

Ricardo Romão disse que a CLIP estava disponível para que, a própria Assembleia Municipal, tomasse a medida conjunta de reivindicação daquelas questões. Lamentava o facto de o PCP não ter ali uma posição mais construtiva naquele problema, que não era somente de Portalegre. O problema era bastante mais vasto, do que aquilo que queriam tentar passar. -----

Hugo Capote referiu que o problema não era tão vasto como parecia, porque embora oitenta e quatro por cento dos médicos não tivessem sido colocados na região do Alentejo, na cidade de Portalegre a percentagem ainda tinha sido maior, foi de noventa e dois por cento. O Hospital de Portalegre teve zero por cento de colocados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sílvia Relvas, enquanto secretária da mesa, disse que, perante o número três, do artigo cinquenta e um do regimento, iria suspender o seu lugar na mesa e dirigir-se à bancada do seu grupo partidário.

Dirigiu a palavra à presidente da Câmara Municipal, dizendo que o caso que ali levava era grave e importante para o concelho e era sua obrigação, como cidadã e membro da Assembleia Municipal, dizer ali o seguinte: há um ano e meio que tinha sido indicada para representar a Entidade Regional de Turismo, nas reuniões semanais do Centro de Coordenação Distrital da Proteção Civil. Aquelas reuniões tinham a representação do Comando Distrital da Proteção Civil e de diversas entidades competentes, além de estarem também representados como órgãos principais de coordenação os gabinetes principais de Proteção Civil dos quinze concelhos do distrito. Foi com enorme surpresa que verificou que, durante aquele tempo, os representantes do distrito de Portalegre não compareceram nas reuniões. Os restantes municípios do distrito estavam representados nos briefings semanais e estavam em colaboração permanente com o CDOS. No verão, disse ter verificado uma preocupação acrescida por parte das entidades competentes, relativa à ausência dos representantes do município de Portalegre se manteve durante todo o Verão.

Como todos sabiam, Portalegre detém grande parte do território da Serra de S. Mamede, tornando-se um dos concelhos com maior grau de risco de incêndio, o que fazia com que as restantes entidades tivessem mais preocupação com o mesmo.

Perante tal, questionou a autarca sobre qual o motivo da ausência dos referidos representantes e se a mesma tinha a noção do perigo que uma falha naquela coordenação poderia causar ao concelho, aos seus habitantes, à sua fauna e flora. ----

A presidente da Câmara disse que iria tentar perceber o porquê da falha. Contudo, ainda há pouco tempo tinha dirigido uma reunião no CDOS, porque era a presidente e esteve em representação do município. Saliu que sempre tem acompanhado as questões da proteção civil, até porque era a representante do distrito. Esteve em todas as reuniões. Enquanto esteve de férias foi substituída pelo vice-presidente de Ponte de Sôr, caso houvesse alguma ocorrência. Mais referiu que havia um representante do município, mas que não conseguia ali responder.

Saliu que, no feedback que tinha daquelas reuniões, estranhava que nunca lhe tivesse sido dito, frontalmente, que não houve a necessária representação do município de Portalegre nas outras reuniões.

Por último, sublinhou que tem estado a par das situações e de todos os alertas climáticos, inclusive fazia questão de passar a informação nos sites do município.-----

Sílvia Relvas referiu que aquele órgão era um órgão diferente e o que lhe foi dito, através do comando distrital, era que havia uma falha de comunicação com o município de Portalegre. Voltou a dizer que não viu nenhum representante lá presente, no decorrer dos briefings semanais.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que uma coisa eram os briefings semanais e que, noutras questões havia um erro por parte do CDOS, uma vez que a Câmara tinha competência de enviar para a GNR a participação das provas e não para o Comando. Por sua vez, a GNR enviava para as outras entidades.

Concluiu, afirmando que tinha estado sempre presente nas convocatórias e era a própria que as assinava. Não lhe foi dito que, nos briefings semanais, o representante do município não tinha marcado presença. Lamentava o facto. -----

Hugo Capote perguntou quem era o representante do município nos briefings semanais. -----

A presidente da Câmara disse que era o engenheiro Pedro Sotero. -----

Miguel Monteiro perguntou à presidente da Câmara quem era o responsável pelo relatório da atividade municipal. -----

A presidente da Câmara disse ser a própria, a responsável.-----

Miguel Monteiro perguntou porque é que na página dezasseis, do relatório em causa, dizia o seguinte: “Acompanhamento dos briefings realizados pelo CDOS de Portalegre.” -----

A presidente da Câmara disse que aquele acompanhamento era feito nas comissões distritais e municipais, que a própria presidia, e em que era apresentada uma súmula de todos aqueles briefings e também onde aparecia o número de ocorrências no distrito. -----

Miguel Monteiro disse que se estava a “brincar com o fogo”, literalmente. Se havia assuntos onde não se devia ser desleixado era naquilo. Portanto, se a presidente não estranhava que o representante não lhe desse o feedback necessário do que se passava, então tratava-se de uma incompetência, a toda a prova.

Concluiu, salientando que o concelho de Portalegre, com a mancha verde que possui, devia ser o mais preocupado naquelas matérias. Era evidente que não. -----

Jaime Fitas disse que a Assembleia de freguesia de Urra queria apresentar ali um protesto em relação ao flyer que a Câmara Municipal fez sair a propósito do Portalegre/Portugal – Roteiros das freguesias rurais:

“A Assembleia de Freguesia de Urra, no dia dezanove de setembro de dois mil e dezanove, aprovou por unanimidade, um voto de protesto relativamente ao flyer elaborado pela Câmara municipal de Portalegre, intitulado “Portalegre/Portugal - Roteiros das freguesias rurais”. Este voto deve-se ao facto do roteiro não apresentar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de forma equitativa, o património das freguesias do concelho de Portalegre, pelo que consideramos inaceitável que na freguesia de Urra se divulgasse somente dois tipos de arquitetura.”

Miguel Monteiro disse que os flyers foram pagos pela Câmara Municipal de Portalegre e feitos pela senhora Ana Margarida da Luz e Silva, a qual teve um ajuste direto para tal, no valor de cerca de nove mil euros. Provavelmente terá uma relação privilegiada com a CLIP, visto ter sido também a responsável pelo design do grupo, nas últimas autárquicas. Acrescentou que aqueles flyers traduziam a vergonhosa discriminação que a presidente fazia das freguesias que eram da CLIP para com as outras que não eram, visto que o folheto separava Alegrete, Reguengo e São Julião, Ribeira de Nisa e Carreiras e que, num único conjunto, se meteu Alagoa, Fortios e Urra. Perante tal facto, a prática política não era, obviamente, igual para todos.

A questão que o executivo da freguesia de Urra tinha levantado era apenas uma das muitas reivindicações que as freguesias discriminadas andavam a fazer há muito, mas que a autarca continuava sem resolver. Os problemas continuavam, cada vez mais graves. Salientou ainda aquilo que considerava uma mancha grave da atuação da presidente do município, em relação à freguesia da Alagoa, em que a considerou responsável pela total asfixia financeira da mesma. Embora a presidente tivesse os meios para resolver todos problemas daquela junta, a opção que tomou foi a de aproveitar a folga financeira e orçamental para gastar, num mês, trezentos mil euros em festas. A opção não foi de, com cerca de dez mil euros, resolver várias situações graves na freguesia da Alagoa e que já vinham sido pedidas à imenso tempo pelo presidente da junta, mas que a presidente não resolveu. Acrescentou que a verba agora destinada para aquela junta de freguesia era vergonhosa e indecorosa, apenas cinco mil euros anuais.

Concluiu, dizendo que sempre esteve nas mãos da autarca resolver os problemas de algumas juntas de freguesia, contudo, a opção foi de continuar a estrangulá-las e a discriminá-las.-----

Diogo Júlio disse que a CDU tinha requerido à Câmara Municipal uma informação acerca de uma empresa que a autarquia tinha contratado para prestar serviços na área da esterilização animal, no canil municipal. Até à data não ainda não obtiveram resposta. No entanto, souberam que numa reunião pública da Câmara a informação que a presidente tinha dado ao vereador estaria atrasada, em pelo menos um ano. A empresa, entretanto, já não era a mesma.

Perante tal facto, perguntaram à presidente da Câmara quais foram as razões que levaram a que a forma de contratação fosse diferente (ajuste direto).-----

A presidente da Câmara, quanto à questão dos folhetos, disse que todas as Juntas de Freguesia tinham sido contactadas. O procedimento já vinha de trás. Foram pedidos contributos às juntas para elaboração dos mesmos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à junta da Alagoa, disse estarem a tentar encontrar uma solução para contrato programa, o qual tinha sido aceite por todas as juntas.

De acordo com os trabalhos a fazer, para além das competências das juntas, foi apresentada uma proposta e todas as juntas de freguesia tinham aceite o contrato programa. Com base naquele contrato foi estipulado um valor de acordo com as intervenções que as juntas iriam efetuar. Obviamente que o valor era pouco, mas todas estavam em pé de igualdade. Assumia a responsabilidade.

Acrescentou que, no corrente ano, já fizeram uma proposta no sentido de se aumentar, em trinta por cento, o valor daquele mesmo contrato programa, com possibilidade de chegar ao dobro do atual.

Quanto à junta da Alagoa, disse que o vereador que tinha o pelouro inerente à questão, estava a trabalhar para resolverem o problema.

Relativamente à empresa de esterilização animal, informou que, em dois mil e dezoito, fizeram várias consultas a cinco empresas e foi feito um ajuste direto à empresa que apresentou menor valor. Contudo, era necessário transportar os animais até ao local onde a mesma se situava, fora do concelho. No final de contas, não ficava mais barato. Referiu que não era ilegal fazer ajustes diretos simplificados e, daquele modo, recorreram à empresa seguinte, que apresentou menor valor para dois mil e dezanove, a empresa Vetal. O critério foi igual e a empresa era do concelho de Portalegre. -----

Jaime Fitas disse à presidente que as reuniões acerca do flyer, não ocorreram com o executivo atual. Possivelmente teriam sido com o anterior, visto ter havido eleições entretanto. Questionou porque é que tinham mencionado o “Monte dos Apóstolos” como sendo um monumento público, pois tratava-se de uma entidade turística privada. Disse não ter sido consultado por nenhuma empresa, acerca daquele assunto.

Relativamente aos protocolos com as freguesias, no caso da Urra, foi aceite porque, caso contrário, seria cortado como foi no caso da Alagoa. No entanto, o que tinha sido proposto pelo vereador foi que iriam ser revistos, mas tal não aconteceu. -----

A presidente da Câmara disse não poder responder pelos seus vereadores. O vereador daquela área não estava presente. Contudo, não acreditava que a questão de se “cortar” nos flyers tivesse sido colocada em cima da mesa. -----

Jaime Fitas informou ter sido o vereador que o disse e que chamou todos os presidentes de junta, na altura. -----

Henrique Santinho manifestou o seu desagrado pelo facto da freguesia dos Fortios ser das que continuava esquecida. Relembrou que continuava sem obter respostas e decisões sobre as obras que havia a fazer na freguesia. Era grave que a autarquia nem se dignasse a responder a qualquer que fosse a necessidade a ser resolvida nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Fortios. Lamentou que o vereador Nuno Lacão, além do que já referiu, ainda fizesse chacota de algumas freguesias, quando lhe solicitavam algo urgente.

Salientou que a presidente devia ser responsável pelos seus vereadores e se o dito vereador não tinha capacidade para gerir o concelho, então que fizesse um favor ao concelho e que se demitisse. Assumiu, perante aquela Assembleia e outras instâncias, que a indiferença com que eram tratadas as freguesias dos Fortios, Alagoa, Urra e até mesmo a Ribeira de Nisa, apesar de ser da CLIP, tinha a ver com a ausência de interesses privados. Noutras que eram melhor tratadas pelo vereador Nuno Lacão, haviam interesses privados. A Assembleia Municipal deveria assumir a responsabilidade e, se necessário, informar até o Ministério Público para que situações daquelas não voltassem a acontecer. -----

Francisco Carriço, em relação à situação da junta de Freguesia da Alagoa, disse que deveria haver tempo para se pensar um pouco, uma vez que o próprio não tinha aceite o protocolo assinado pela anterior presidente daquela junta. Já andava há cerca de dois anos a assumir parte das dívidas, já assumidas detrás.

O povo elegeram-o e iria assumir o mandato até ao fim, mesmo sem protocolo com a autarquia.

Salientou que, após conversa com o vereador, não queria os cinco mil euros porque se assumisse o protocolo que lhe estava a ser proposto, ficaria na mesma.-----

A presidente da Câmara disse ser preferível haver alguma calma e referiu que para poderem alterar o programa e haver revisão para a Alagoa, então teria de haver para todas as juntas. Concordava que o valor era pouco, apesar de terem feito um aumento de trinta por cento do programa, que estava plasmado no orçamento.

Entretanto, iriam encontrar uma forma para que houvesse um consenso em relação ao valor para a freguesia da Alagoa e, da parte do executivo, havia boa vontade para ir de encontro àquilo que eram as expectativas de cada junta de freguesia.-----

O presidente da mesa, quanto àquele assunto, comunicou àquela Assembleia Municipal que foram várias as tentativas de demonstração de que o estudo que tinha presidido à elaboração do contrato programa base, tinha sido um estudo tecnicamente mal feito, porque era inexecutável. Não se podia deixar na penúria qualquer junta de freguesia. O parâmetro de pensamento continuava a estar assente, única e exclusivamente, na igualdade. Portanto, a questão da percentagem voltava a existir no mesmo erro de base. Obviamente que aumentar trinta por cento de nada, seria aumentar nada e tornara os que mais recebiam a receber mais ainda do que os que recebiam menos. Em conclusão, o erro persistia e gerir a coisa pública exigia mais ponderação da equidade. Por último, chamou a atenção do executivo pelo facto de já há dois anos que deviam ter revisto o contrato programa entre as juntas de freguesia. Por aquele andar, terminavam o mandato e o contrato ficava por resolver.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira disse à presidente que tinha descer à realidade dos factos: qual o ponto de situação da obra dos SMAT, no Bairro dos Apóstolos; o ponto de situação do pedido de cedência da Casa Mortuária de Caia; o ponto da gritante situação da Alagoa, com a elaboração do projeto da requalificação da rotunda do Rossio, o pavimento da casa mortuária, o passeio e o lancil do Rossio, assim como os quarenta e um mil e seiscentos euros que estavam em dívida, desde dois mil e catorze, em senhas ao executivo da Junta de Freguesia e aos elementos da Assembleia de Freguesia. Tudo aquilo somado, resolver-se-ia com cerca de cinquenta mil euros.

Por outro lado, a presidente da autarquia tinha, naquele último mês, “rebetado” com duzentos e oitenta mil euros da Câmara em eventos culturais e desportivos, na cidade. Era simplesmente uma questão de escolha e cada um fazia as suas.

Na sua opinião, havia falta de respeito, da presidente da Câmara para com o presidente da junta da Alagoa, visto que o mesmo nem podia pagar os ordenados do mês aos funcionários e apenas lhe restava esperar pelo FEF até ao dia quinze de outubro.-----

Diogo Júlio disse ficar contente sempre que uma empresa ou entidade de Portalegre conseguia suplantar as outras, fazendo cá os contratos. -----

Ricardo Romão pediu à mesa para fazer ali uma intervenção pessoal. Disse que o tema relacionado com o serviço no centro de recolha oficial em Portalegre, foi introduzido numa reunião camarária pelo vereador da CDU – Luís Pargana, no dia quatro de setembro e, recentemente, na última reunião.

Salientou que a empresa que prestava aquele serviço era a Vetel, da qual, o próprio, era um dos sócios gerentes.

Custava-lhe a crer que fosse possível levar à Assembleia Municipal um assunto daquela natureza, com aquele fim de jogada política.

Disse ainda que não admitia qualquer insinuação às questões de uma empresa a que o mesmo pertencia, ou aos seus colaboradores. Teriam oportunidade para responder às questões nos meios próprios.

Solicitou à presidente da Câmara que o processo em causa fosse enviado aos membros daquela Assembleia e aos vereadores, para que não restassem dúvidas sobre que processo existia.

Concluiu, referindo que foi decidido fazer o ajuste direto para não parar o serviço de esterilização e para não prolongar mais tempo com um novo concurso. Afirmou não conhecer o processo interno da Câmara, nem as empresas concorrentes.

Pediu ao presidente da mesa para que, no fim daquele processo, fosse apresentado à sua empresa um pedido de desculpas formal pela CDU. -----

O vereador Luís Pargana pediu a palavra à mesa e, por ter sido ali referido pela bancada da CLIP, esclareceu que fez uma interpolação à presidente da Câmara, durante o decorrer duma reunião, relativamente a duas linhas de financiamento para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

canil e gatil municipal, em que os centros de recolha oficiais se podiam candidatar. Uma primeira para alargamento e beneficiação das instalações e a segunda para esterilização de cães e gatos.

A informação que obteve foi que a Câmara Municipal não teve validação das candidaturas e tentou apurar as razões, dado que havia verba disponível para tal.

Na sequência de tais factos, a presidente da Câmara informou-o que a empresa contratada pelo município para prestar o serviço era uma empresa do Crato, contratada por concurso público. Na reunião não foi mencionada a empresa Vetal.

Portanto, a importância de se saber qual a empresa foi porque o financiamento na candidatura para a esterilização dos animais implicava a esterilização de um número mínimo de vinte e cinco animais e a autarquia não estava em condições de se candidatar porque não tinha atingido o número mínimo, até porque as células do canil e gatil estavam superlotadas.

Naturalmente que, enquanto vereador da Câmara lhe interessava conhecer os contornos do contrato, assim como as razões porque não havia o número mínimo de animais para esterilizar e cumprir os requisitos da candidatura.

Apesar de ter colocado as questões, não obteve, como sempre, as respostas da parte da presidente da Câmara. Mas, mais tarde insistiu, e foi-lhe dito que era Vetal e acrescentaram que foi por ajuste direto, em regime simplificado. Contudo não lhe foi dada mais informação sobre os procedimentos e esperava que a informação dada pelo membro Ricardo Romão ajudasse a presidente a disponibilizar a informação.

Acrescentou que, como vereador municipal, tem a necessidade de saber como eram geridos os dinheiros públicos e, nomeadamente, os que implicavam candidaturas; bem como a legalidade, ou não, e a maior, ou menor, ética de se fazer um convite e um ajuste direto, em regime simplificado, à empresa de um correligionário político, havendo outras no mesmo território. -----

O presidente da mesa disse que todos os políticos deveriam manter o escrupuloso sentido do escrutínio e da averiguação, mas também manter o sentido da elevação política para não se atirarem pedras ao ar. -----

Ricardo Romão disse que não era a dialética que se utilizava ou a forma como alguns se escondiam nas palavras que iria mostrar aquilo a que as pessoas que estiveram naquela reunião tinham assistido. Em todas as reuniões de Câmara ou até nas da Assembleia que esteve presente, disse nunca ter visto nenhum pedido de esclarecimento em relação a um assunto daquele tipo. Portanto, estranha que tal insistência se tratasse de mera casualidade. Considerava desonesto terem levado a questão àquela Assembleia Municipal. -----

O membro Ricardo Romão saiu da sala. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O vereador Luís Pargana pediu à mesa a defesa da honra por ter sido ali chamado de desonesto e disse ser reprovável a atitude do membro da bancada da CLIP, por ter abandonado a sala, depois de lhe ter dirigido acusações graves, as quais rejeitava liminarmente. -----

Diogo Júlio disse que o membro Ricardo Romão era recorrente a sentir-se sempre ofendido e a pensar que podia decidir o que é que as outras bancadas apresentavam na Assembleia Municipal. Era um problema pessoal.

Ninguém tratou da empresa ali em causa, mas foi sim feito um pedido de informação, já registado e arrumado. O pedido de desculpas à empresa não iria ser enviado. -----

Marco Antunes, relativamente à situação com as juntas de freguesia e à proposta para a criação de um grupo de trabalho, feita em setembro de dois mil e dezoito, perguntou se tinha chegado a existir. Pelos vistos, nada tinha sido feito. Por caricato que parecesse, a presidente também falou num estudo mas, após vários pedidos, o estudo nunca chegou. Foi-lhe dito que o mesmo iria ser entregue às bancadas daquela Assembleia, mas tal nunca aconteceu.

Perguntou ainda se o prazo para apresentação de propostas, para acordo dos contratos programa com as juntas, não tinha sido somente até vinte e oito de julho de dois mil e dezanove. Confirmava-se que a percentagem atribuída nas grandes opções do plano, não produzia qualquer efeito. Estavam, basicamente, na mesma situação.

Por último, disse estarem de acordo com o que foi dito ali, pelo presidente da junta dos Fortios, o qual tem muitas vezes mencionado a falta de resposta da Câmara Municipal aos pedidos feitos. -----

Miguel Monteiro, relativamente à junta de freguesia da Alagoa, disse à presidente da Câmara que a mesma não tinha nenhum controle sobre o que se passava no município. Como por exemplo, na véspera da reunião entre o vereador Nuno Lacão e o presidente da concelhia do PS, os sapadores da Câmara Municipal apareceram, como por milagre, na freguesia da Alagoa e foram tão zelosos que até limparam terrenos particulares.

Perguntou à autarca o que é tinha falado com as associações desportivas e culturais daquela freguesia, para que as mesmas tivessem afrontado, publicamente, o presidente da junta e terem dito que lhes tinham sido prometidas salas da antiga escola primária, para que lá exercessem as suas atividades.

Em conclusão, referiu que não se podia falhar com os fregueses da Alagoa, dos Fortios e da Urra, os quais foram desrespeitados e maltratados pela presidente da autarquia, durante todo o mandato.

Perguntou, pela última vez, à presidente da Câmara onde é que estavam os documentos que comprovavam as despesas que a mesma tinha efetuado, juntamente com o vice presidente, ao Brasil. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara onde estava o vereador Nuno Lacão, responsável por vários assuntos que estavam ali a ser tratados. O vereador em causa continuava repetente nas suas omissões às sessões daquela Assembleia.

Perguntou também onde estavam as barracas de madeira que tinham sido adquiridas no ano passado, precisamente para a “Feira das Cebolas 2018” e que acabaram por nem ser utilizadas na mesma, nem na deste ano. As referidas barracas pertenciam à Câmara Municipal de Portalegre?-----

A presidente da Câmara, quanto às questões da Alagoa, disse que já à muito que os sapadores florestais tinham estipulado a limpeza da escola primária e de alguns terrenos, a pedido do presidente da junta. Contudo, no âmbito dos alertas vermelhos não havia possibilidade de serem feitas limpezas. A mesma solicitou aos sapadores para que, logo que houvesse disponibilidade e terminasse o alerta, fizessem as intervenções necessárias. E assim foi.

Relativamente à cedência da Escola a única conversa que teve foi com o presidente da junta. Falaram na questão das associações e deu-lhe conhecimento de que tinham havido pedidos para aquele espaço. O que decidiu fazer, com o devido respeito pelos outros, foi dar o espaço à junta de freguesia, por se tratar de uma entidade autárquica. No entanto, sugeriu ao presidente da junta que conciliasse a situação com as associações e fizesse a gestão do espaço. Ficou em ata a deliberação da reunião.

Quanto aos documentos da ida ao Brasil, iria fazê-los chegar à mesa da Assembleia. Mais referiu que o vereador Nuno Lacão estava em representação oficial da Câmara e encontrava-se ausente.

Por último, disse que as barracas da feira estavam nas oficinas camarárias e não tinham sido colocadas porque, infelizmente, houve um incidente de origem natural e a empresa que as montou teve a necessidade de repor várias. Foram adquiridas pela autarquia, de acordo com o procedimento de serem montadas. -----

João Vivas, presidente da junta da Alagoa disse à presidente da Câmara que, talvez por coincidência, a limpeza da escola, no ano passado, foi efetuada na altura do aniversário do vereador João Cardoso. Referiu também que informou a Câmara onde começava e acabava o caminho municipal mil e vinte e sete, o qual ia até ao concelho de Castelo de Vide e não foi limpo. Recentemente, foram limpos terrenos particulares e o referido caminho continuava sem ser limpo.

Quanto à situação da escola, disse que efetivamente a presidente esteve reunida com ele e que lhe disse que o chefe de gabinete da própria iria tratar do assunto.-----

A presidente da Câmara referiu que a informação que tinha era de que informaram o presidente da junta.-----

Hugo Capote disse que a resposta acerca das barracas era inexplicável. Perguntou à presidente da Câmara se a entidade que tinha comprado as barracas tinha sido o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Teatro do Convento”, na qual o presidente, na altura, era o atual chefe de gabinete da autarca.

Sugeri que, para substituição do vereador Nuno Lacão, nas reuniões da Assembleia Municipal, a presidente enviasse o chefe de divisão, como tinha feito aquando da entrevista na rádio, para explicar o aumento das faturas na conta da água. -----

A presidente da Câmara disse que aquele tipo de tentativa de colagens era extremamente perigoso. O seu chefe de gabinete atual não tinha, na altura da compra das barracas, qualquer ligação à Câmara. Na altura, quem era o seu chefe de gabinete era o professor Sérgio Campos.

Salientou que o que a lei dizia era que não se podia favorecer ninguém, mas também não podiam prejudicar ninguém e o “Teatro do Convento” era uma entidade idónea, tanto quanto sabia. -----

Hugo Capote disse que tudo o que ligava a senhora Ana Margarida Luz e Silva – Roteiros Culturais a esterilização animal e a barracas, chamava-se CLIP.-----

A presidente da Câmara disse que dentro da Câmara não tinha ninguém de família. No entanto havia pessoas ali que tinham outras ligações.-----

Hugo Capote disse que o ajuste direto feito ao “Teatro do Convento” foi feito em agosto e o professor Sérgio Campos saiu em setembro. -----

O presidente da mesa disse ser seu entendimento que ninguém poderia ser prejudicado pelo exercício de funções públicas, mas as relações contratuais de uma entidade pública deviam merecer o nível superlativo de transparência, para que se pudessem conhecer todas, em devido tempo. Mais referiu que, com o devido respeito, pasmava-se como é que ao verem notícias, após notícias, de processos de perda de mandato, em diversas Câmaras, mas que, mesmo assim, se assistia ali a realidades muito comparáveis.

Lembrou que a adjudicação a entidade terceira, para aquisição de património próprio, era punível por lei. Era necessário aprofundar a rastreabilidade daquelas questões. ----

ORDEM DO DIA:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Rosário Narciso disse que o seu grupo partidário tinha proposto, na Assembleia Municipal de quinze de julho, que fosse agendada uma reunião para dia dezassete de setembro (Dia Robinson), onde pudesse haver um debate com a população, para definir a intervenção no espaço Robinson. Lembrou que o presidente da mesa tinha assumido aquele compromisso e que grande parte do tempo seria destinado para esboçar uma estratégia para a fundação. No entanto, o mês de setembro já estava a terminar, o “Dia Robinson” também passou em branco e, uma vez mais, a reunião aberta à população não se concretizou.

Perante tal facto, referiu que fosse qual fosse o partido político a nortear os caminhos do país, após as eleições, nenhum poderia esquecer o compromisso assumido com a valorização e preservação do património daquela fundação e que uma proposta estratégica para aquela fábrica teria de ter sempre em conta a vontade expressa dos portalegrenses, ou melhor, a musealização do espaço, respeitando a preservação do património lá existente, de forma a poder reconstruir a história e a cadeia técnica da fábrica.

Mais disse que já tinham alertado para a necessidade de publicação dos estatutos e a importância de atuar pelo que os mesmos norteavam e, especialmente, para a urgência de ser nomeado um novo conselho de administração. Salientou que a falta de nomeação do mesmo tinha feito com que as funcionárias estivessem sem receber há três meses. Esperava que a situação fosse corrigida o mais breve possível e que a presidente da Câmara ali garantissem que seria feito até final do mês.

Por último, referiu que, infelizmente, a Robinson continuava abandonada. -----

Diogo Júlio perguntou à presidente da Câmara se o espaço Robinson se mantinha sem luz, comunicações e sem condições para se apresentar dignamente. Inclusive, decorriam lá atividades na Igreja que só com um quadro de obra é que puderam ter eletricidade.

Perguntou ainda qual a razão para não ter havido a comemoração do “Dia Robinson”. Era fundamental que aquele património não se degradasse mais e continuasse a dar a ideia de que estava abandonado. -----

A presidente da Câmara disse que os novos corpos sociais da Robinson iriam tomar posse na próxima segunda-feira e, logo que possível, regularizar as questões ali mencionadas.

Quanto ao “Dia Robinson” lembrou que decorreram atividades com jovens provenientes de vários pontos de Portugal e Espanha, numa residência artística, sendo uma forma de assinalar a data com uma bienal de joalheria e pintura mural.-----

Joaquim Barbas disse que o seu grupo estava preparado para aquela possível reunião. Questionou se o executivo não deveria discutir primeiro a questão, para se saber a posição do mesmo, antes de ir à Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote achava inacreditável que a presidente da autarquia estivesse de consciência tranquila perante o facto de deixar funcionárias daquela fundação com três meses de salários em atraso. Considerava falta de carácter político.

Perguntou à presidente da Câmara como estava o processo de requalificação da Escola Cristóvão Falcão. -----

A presidente da Câmara disse que o processo da escola em causa estava a ser compilado, tinha sido feito um despacho, há algum tempo, para ir a reunião de Câmara. -----

Miguel Monteiro disse que um processo daquela relevância, quando em comparação com o trabalho que outras Câmaras do distrito tinham feito, tinha de estar já compilado há bastante tempo. -----

A presidente da Câmara que aquela questão envolvia algum cuidado porque a requalificação necessitava de um montante elevado. A autarquia não dispunha da totalidade do montante em causa (seiscentos mil euros). Acrescentou que não podiam lançar procedimentos sem terem orçamento para a obra. Se o tivessem feito há um ano, teria de estar já lançado no orçamento para dois mil e dezanove. -----

Miguel Monteiro disse que os presidentes de outras Câmaras Municipais, quando tinham alguma folga orçamental, normalmente lançavam obra. Obras válidas que resolviam problemas. No entanto, a presidente da Câmara de Portalegre, já há dez anos a esta data, o que fazia quando tinha folga orçamental eram festas e foguetes. ---

Hugo Capote disse que o seu grupo municipal iria requerer à mesa a presença do responsável do CODIS, na próxima sessão daquela Assembleia, para prestar esclarecimentos sobre o que foi dito acerca das responsabilidades do que aconteceu nas reuniões semanais da proteção civil. -----

O presidente da mesa lembrou que o requerimento deveria ser feito por escrito e teria de ser aprovado na próxima sessão. -----

2 – Atas n.ºs 17 e 18 relativas à reunião ordinária realizada em 28 de junho de 2019 e à reunião extraordinária realizada em 15 de julho de 2019, respetivamente;

Não houve quaisquer intervenções a registar, referentes às atas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa propôs que fossem discutidos em conjunto os pontos três e quatro, tratando-se de contratação de empréstimos.-----

3 – Contratação de empréstimo até ao montante de 212.067,00 euros;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

4 – Contratação de empréstimo até ao montante de 1.185.289,00 euros;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

Hugo Capote salientou que a bancada da CDU não considerava que estivessem reunidas as condições para aqueles assuntos estarem ali presentes, uma vez que havia ali uma questão de bom senso político. Recordou que a uma decisão de abril de dois mil e dezanove, da Câmara Municipal de Portalegre, para ser eficaz, carecia de aprovação daquela Assembleia, conforme decorria do regime jurídico, quer das autarquias locais, quer do próprio edifício legal que obrigava que a concessão de empréstimos fosse aprovada pela Assembleia Municipal. Portanto, a Assembleia pronunciou-se sobre o assunto em junho e ambos os empréstimos foram chumbados. Do ponto de vista político, o entendimento era que não fazia sentido pronunciarem-se, ali, sobre um assunto sobre o qual já se tinham pronunciado.

Referiu ainda que as circunstâncias políticas em que o órgão executivo deliberou a primeira tomada de posição, tinham-se alterado radicalmente para setembro de dois mil e dezanove. Posto aquilo, o executivo deveria ter reunido novamente e apresentado algo mais. Inclusive, a lei obrigava a que as propostas fossem presentes com o mapa de encargos e com três propostas de entidades bancárias a sustentarem a informação.

Portanto, aqueles dois pontos tinham propostas de entidades bancárias que já não eram válidas. -----

O presidente da mesa disse ao membro Hugo Capote que para se inscrever um assunto na ordem do dia bastava a mera comunicação de uma pessoa de bem, naquele caso a Câmara Municipal. Enquanto presidente daquela Assembleia disse que não lhe competia a tarefa de verificar se determinado assunto cumpria, ou não, os requisitos formais.

Contudo, um dos argumentos que mais tinha pesado para a reprovação do ponto em causa tinha sido o facto de não estarem reunidos os pressupostos orçamentais de cabimentação.

Portanto, entendia que a não admissão por falta de deliberação não se colocava. Além do facto da situação política da Câmara se ter alterado, do ponto de vista funcional, mas não na sua composição. A questão que relevava para a admissibilidade da proposta era que houve vereadores que estavam em regime de permanência e deixaram de estar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, tinham de encontrar ali uma padronização de funcionamento. Admitia que situações idênticas se colocassem mais vezes, ao longo do mandato e seria relevante fazerem alguma jurisprudência, naquelas matérias.-----

A presidente da Câmara disse que tinha solicitado a impressão do mail enviado para a entidade que tinha apresentado o melhor valor, dentro das regras da contratação pública, a qual respondeu dizendo que mantinham as condições. -----

Miguel Monteiro disse concordar com a justificação dada pelo presidente da mesa, mas aquilo que tinha sido, novamente, proposto à Assembleia Municipal votar foi uma deliberação de uma reunião de Câmara, de abril, a qual referia, expressamente, que tinha tomado conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a contratação do empréstimo, conforme proposta a referência 47/2019, de 5 de abril de dois mil e dezanove. Salientou que não poderiam votar, numa matéria daquelas, um mail tardio da instituição bancário, dizendo que mantinham a dita proposta.

Mais disse que alguns dos elementos daquela Assembleia já lhe tinham dado provas de que tinham abertura suficiente para resolver algumas das obras essenciais para Portalegre. Contudo, o que a Assembleia Municipal não podia continuar a fazer era desculpar a total inoperância e incompetência da presidente da autarquia para tratar de um assunto tão básico como aquele.

Não era admissível que fosse ali feita a habitual chantagem, junto dos media locais, acusando a oposição de que bloquearam obra porque os empréstimos não foram aprovados. Lembrou que aquelas propostas tinham caducado.-----

Hugo Capote disse ter pena da cidade de Portalegre, por que era governada por uma presidente com incompetências atrás de incompetências e sem qualquer humildade, o pior erro dos políticos. Realçou que a presidente da Câmara Municipal de Portalegre era incapaz de perceber uma coisa tão básica como o facto de ali levar uma proposta nova, das entidades bancárias, que fosse válida. Além de que convocou uma sessão extraordinária sem pontos, um relatório de atividades vergonhoso, vazio, a sua bancada da CLIP completamente calada e intervinha somente para defender a honra. Provavelmente, o mail da entidade bancária chegou apenas quando a presidente da Câmara se apercebeu do erro, num assunto que já era ali levado pela terceira vez. A bancada da CDU considerava absolutamente inadmissíveis tais circunstâncias.-----

Joaquim Barbas, relativamente aos empréstimos, disse que o PSD sempre apoiou porque entendiam que as obras eram necessárias e deveriam ser feitas.

Contudo, era inaceitável que uma proposta, de abril passado, tivesse sido remetida àquela Assembleia, sem mais nada. Era difícil aceitarem que assim fosse.

Perguntou se foi a presidente da Câmara a remetê-la, ou não. -----

A presidente da Câmara disse que os serviços tinham pedido, a dezanove de agosto, ao banco que tinha apresentado a melhor proposta os devidos esclarecimentos e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

banco referiu o seguinte: “Conforme combinado, informamos que as condições aprovadas para os seguintes financiamentos, a médio e longo prazo, se mantêm em vigor.”. Entregou o documento à mesa da Assembleia. -----

O presidente da mesa, depois de confrontados os grupos municipais sobre a questão em causa, disse que não estava seguro que aquele e-mail de confirmação do banco configurasse a validade da proposta. Pelo teor do mesmo, era sua opinião que colocava em causa a segurança jurídica de qualquer negócio. Além de lhe parecer despropositado o facto de a informação ter sido respondida a dezanove de agosto e somente relativa a um dos bancos proponentes. A informação devia ter sido pedida aos demais bancos, porque em agosto poder-se-iam ter alterado, a benefício do município, alguma das condições, o que podia ser causa de impugnação pelas demais instituições bancárias. Houve, portanto, tempo suficiente para emissão da mesma proposta, por mais sessenta dias. Entendia que o município ficaria perante dois riscos: por um lado, a impugnação da parte das outras entidades bancárias e, por outro lado, o risco de o Tribunal de Contas, ao visar o contrato de empréstimo, não entender que o documento configure proposta e que a Assembleia Municipal tivesse deliberado no pressuposto de um documento caducado e, portanto, que se extraísse dali a nulidade da própria deliberação.

Em conclusão, sugeriu que o ponto pudesse ser retirado e objeto de nova instrução para a reunião de meados de outubro, deliberando-se depois formalmente. -----

A presidente da Câmara Municipal disse que iriam fazer consulta às entidades envolvidas e, até mesmo, outras. O que interessava ali era a salvaguarda do erário público.

Solicitou que a próxima reunião fosse feita com a maior brevidade, dado que estavam a falar de duas candidaturas que eram do PO-Regional e tratavam-se de dinheiros que não faziam parte do pacto e que seria mau perder-se a oportunidade para as obras da Av.^a Francisco Fino e para a questão da incubadora. -----

O presidente da mesa chamou a atenção para o facto de a incubadora não ter cabimentação orçamental. Portanto, na última revisão orçamental, que serviu de motivo para uma primeira rejeição daqueles empréstimos, aquilo que foi colocado como revisão orçamental foi a Av.^a Francisco Fino, a piscina dos Assentos e os Bombeiros de Portalegre. -----

Hugo Capote disse à presidente da Câmara que para o ponto ir devidamente estruturado, à próxima sessão, deveria ter em conta a lei, que referia o seguinte: (ponto quatro, art.º 25.º) - “As propostas de autorização para a contratação de empréstimos, apresentados pela Câmara Municipal, nos termos da alínea f), do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.” -----

O presidente da mesa disse que a presidente retiraria o ponto e que seria marcada a próxima Assembleia Municipal com a maior brevidade possível. -----

Miguel Monteiro disse que não tinham condições nenhuma para votar o ponto. Realçou o facto de a atual presidente da Câmara ser responsável pelo pelouro das finanças já há doze anos e, contudo, pediu ajuda àquela Assembleia para que fosse elaborada uma informação, acerca de um dossier como aquele. Sugeriu que a mesma fizesse tudo de novo, sem transformar aqueles empréstimos numa segunda versão da lamentável “telenovela” em torno da questão do revisor oficial de contas. Por último, disse à presidente que se fosse verdadeira com ela própria não se poderia sentir uma verdadeira presidente da Câmara Municipal de Portalegre, porque a incompetência e o desleixe eram tão grandes, que era impossível sentir-se assim. -----

Fernando Rebola pediu um esclarecimento sobre o procedimento, naquelas circunstâncias, para que o processo decorresse com normalidade.-----

Hugo Capote disse que, partindo do princípio que uma das entidades bancárias apresentasse uma proposta melhor, o executivo camarário teria de deliberar sobre a nova proposta. -----

O presidente da mesa disse que, tendo em conta o justificativo da rejeição dos pontos, pela Assembleia Municipal, admitia que, sanado o vício de inexistência de cabimentação orçamental, estaria a Assembleia Municipal em condições de deliberar sobre o mesmo. A questão que se colocava era se no exercício do mesmo orçamento estariam em condições de apreciar e deliberar, unicamente, sobre matérias cuja deliberação da Câmara Municipal nunca tivesse sido ali deliberada, na Assembleia Municipal. A questão que se lhe colocava era, caso houvesse uma deliberação do órgão Câmara Municipal que necessitasse de deliberação do órgão Assembleia Municipal e que a segunda deliberação deste último fosse a da reprovação, então a Câmara já não podia deliberar sobre o que já tinha deliberado. -----

Hugo Capote disse que se a Assembleia Municipal deliberasse negativamente, a deliberação caía automaticamente e perderia qualquer tipo de eficácia. Portanto, a questão, ali, tratava-se da eficácia da deliberação da Câmara tinha caído no dia em que a Assembleia Municipal a reprovou. A Câmara teria de apresentar nova proposta.-

O presidente da mesa disse que admitia que houvesse uma confirmação da primeira deliberação, em sede de Câmara Municipal. Acrescentou que não encontrava fórmula de um órgão deliberar, materialmente, sobre o mesmo objeto, no mesmo período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tempo. Portanto, a solução possível seria a confirmação da deliberação, ou melhor, a deliberação para nova remissão à Assembleia e não deliberar sobre a matéria em concreto, mas sim sobre a remissão. -----

Miguel Monteiro disse que aquele assunto teria de ser alvo de nova deliberação, em sede de executivo municipal, porque a revisão orçamental, que lhe serviu de base, também tinha alterado. -----

O presidente da mesa salientou que a presidente de Câmara tinha concordado em retirar os pontos três e quatro, da ordem de trabalhos. -----

DELIBERAÇÕES:

2 – Atas nºs. 17 e 18 relativas à reunião ordinária realizada em 28 de junho de 2019 e à reunião extraordinária realizada em 15 de Julho de 2019, respetivamente;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro abstenções, aprovar a ata número dezassete. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar a ata número dezoito. -----

Hugo Capote pediu a palavra e perguntou à mesa se não votariam a declaração política apresentada no início, pelo PCP/PEV. -----

O presidente da mesa disse que a declaração não tinha forma nem de proposta, nem de voto. O regimento era claro, naquele sentido. -----

Hugo Capote perguntou se a assunção de um ponto ou de uma declaração política, assumida pela Assembleia Municipal, não teria de ser feita por voto. -----

O presidente da mesa disse que a questão que se colocava era a seguinte: existiam duas peças que obedeciam a votação e eram elas o voto de louvor, de pesar ou a proposta; a declaração política não tinha nenhum perfil daqueles. -----

Hugo Capote disse que no mail que tinha enviado, solicitou que a declaração fosse votada, para que resultasse numa tomada de posição sobre a mesma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa perguntou aos presentes se alguém se opunha à votação da declaração do PCP/PEV. Não havendo, seguiu-se a votação. -----

Declaração Política – PCP/PEV:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CLIP e com os votos favoráveis das restantes bancadas. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 5.^a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 21:30, do dia 20 de setembro do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)